

As relativas não restritivas com antecedente nominal como um caso de aposição

Ana Maria Brito

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Linguística da Universidade do Porto¹
anamariabrito@netcabo.pt

Introdução

Neste texto pretendo analisar as orações relativas não restritivas com antecedente nominal à luz da discussão sobre os tipos de conexão frásica.

Na primeira parte, proporei, seguindo aliás a tradição gramatical, que as relativas não restritivas de antecedente nominal (que passarei a designar “RNR de SD”) são um caso de aposição. Na medida em que a aposição inclui não só a aposição frásica como a sintagmática, esta forma de conexão não é incompatível nem como a subordinação nem com a coordenação, ou, usando a terminologia grega, a aposição não é incompatível nem com a hipotaxe nem com a parataxe.

Na segunda parte, depois de ter discutido algumas das análises sugeridas na bibliografia, mostrarei que as propriedades fundamentais das RNR de SD podem ser descritas numa análise por adjunção a SD, por inserção tardia na derivação.

I. O estatuto sintáctico das relativas não restritivas em relação aos tipos tradicionais de conexão frásica

1.1. Na tradição gramatical

A tradição gramatical divide as orações complexas em subordinadas e coordenadas, tendo alguns autores referido a existência de um terceiro tipo, as orações justapostas. Bechara (1999: 479), refere a justaposição mas confunde-a com assíndetismo; mais recentemente, Duarte (2003: 93 e segs.), na linha de Quirk *et alii* (1985: 919), considera que a justaposição inclui as orações intercalares, a relação entre pergunta-resposta e a relação entre uma interrogativa “tag” e a oração anterior.² Neste

¹ Como membro do CLUP, esta investigação foi financiada pelo programa FEDER / POCTI.

² López García (1999) propõe que as noções de hipotaxe e parataxe, os termos gregos aparentemente sinónimos de subordinação e coordenação, não coincidem exactamente com os termos latinos e dá-lhes um conteúdo essencialmente discursivo.

texto, a justaposição designará toda a relação entre duas frases separadas por uma pausa onde não pode ocorrer um conector.

O estatuto sintáctico das RNR de SD em relação aos tipos tradicionais de conexão frásica não é fácil de determinar, pois têm propriedades que as aproximam das subordinadas, das coordenadas e das justapostas.

1.2. RNR e subordinação

As RNR de SD, representadas pelos exemplo (1), são subordinadas no interior do sintagma nominal de que fazem parte, o que se comprova pelo facto de serem sempre deslocadas com o seu antecedente:³

- (1) (a) Vi o João, que é o meu amigo preferido.
 (b) O João, que é o meu amigo preferido, foi visto por mim.
 (c) * O João foi visto por mim, que é o meu amigo preferido.

Mesmo numa língua como o Inglês, que admite extraposição de relativas, a extraposição de RNR é impossível, como se comprova pela agramaticalidade de (2a), sendo marginal se houver uma entoação de foco sobre o antecedente, como em (2b):⁴

- (2) (a) * *John arrived, who happens to be an expert in aerodynamics.*
 (b) ?? *John arrived, who happens to be an expert in aerodynamics.*

As relativas apositivas têm alguns paralelos com a subordinação adverbial, em particular a subordinação concessiva e causal, como nos exemplos seguintes:

- (3) O João, que é inteligente, reprovou uma vez no exame de código (em que *que* = *apesar de, embora*)
 (4) O João, que não queria submeter-se a uma disciplina estreita, preferiu sair da Associação (em que *que* = *porque*)

1.3. RNR e coordenação

Há também aproximação entre relativas não restritivas e coordenação copulativa, como ilustrado em (5):⁵

³ Cf. Dean (1966), Stockwell, Schachter & Partee (1973), Jackendoff (1977), para o Português Brito (1991: 124-6); todas as análises em que a RNR é nó irmão de N, SN ou SD dão conta do estatuto de subordinação e tentam mostrar que antecedente e relativa formam um constituinte.

⁴ Observação e exemplos de Alexiadou *et alii* (2000: 31). Assinale-se que a extraposição, por ser um movimento para a direita, é actualmente um mecanismo não considerado na gramática; entre outras razões, contraria o "Linear Correspondance Axiom" de Kayne (1994) e a necessidade de c-comando de um vestígio pelo constituinte deslocado.

⁵ Veja-se, entre outros, Ross (1968) e Emonds (1979). Emonds, acentuando o carácter parentético final das RNR, considerava que relativa e SN antecedente não formam um constituinte e que a relativa é inserida à direita desse SN, directamente dominada pelo nó F:

(i) [F ... [SN] [F (RNR)] ...]

- (5) (a) No Verão visitei Paris, que é das cidades mais lindas do mundo.
(b) No Verão visitei Paris e Paris é uma das cidades mais lindas do mundo.
(c) No Verão visitei Paris; (Paris) é uma das cidades mais lindas do mundo.

Note-se que esta aproximação das RNR com a coordenação é sobretudo o efeito de uma paráfrase e, desse ponto de vista, mesmo as relativas restritivas (RR) são próximas da coordenação;⁶ vejam-se os exemplos seguintes:

- (6) (a) Comprei um livro de que gostei muito.
(b) Comprei um livro e gostei muito dele.
(c) Comprei um livro; gostei muito dele.

1.4. RNR e justaposição

Vejam agora os paralelos entre RNR e justaposição. A justaposição, como já se disse, abrange as orações intercaladas, as perguntas “tag” e o par pergunta-resposta. Uma das suas propriedades é a impossibilidade de aceitar um conector copulativo ou outro:

- (7) * O João, e espero, não abriu a porta de casa.
(8) * Vais sair, e não vais?
(9) * Vais sair? E vou.

Vejam como uma RNR se comporta relativamente ao uso de conectores:

- (10) * No Verão visitei Paris e que é uma das cidades mais lindas do mundo.

(10) é uma frase agramatical, o que aproxima as RNR da justaposição.

Mas os exemplos revelam, mais uma vez, que a justaposição é um processo de conexão incompatível com a coordenação ((7), (8), (9)). Pode-se então concluir que as RNR não são um caso de justaposição, embora partilhem com a justaposição, em particular com as orações intercalares, a ausência de conector, o estatuto parentético, a independência fónica, o sentido de comentário e de explicação.

Vejam agora se a justaposição é um caso distinto da aposição.

Bianchi (1995, cap. 4) começa por sugerir uma análise das apositivas como coordenação entre SD e SCOMP, com uma conjunção abstracta, o que explicaria o acordo entre esse SD e o morfema relativo; mas a autora abandona mais tarde esta análise em favor de um processo de elevação (ver adiante).

⁶ A mais recente aproximação das relativas à coordenação é feita por Rebuschi (2002 e 2005), que propõe que toda a modificação nominal, incluindo as RR e as RNR, pode ser descrita por uma análise do tipo de Kayne (1994) e Johannessen (1998). Além de dados de diversas línguas, uma das razões desta análise é a interface sintaxe / semântica.

1.5. Justaposição e aposição

Apesar de terem semelhanças, justaposição e aposição distinguem-se por várias propriedades:

(i) a aposição pode co-ocorrer com coordenação,⁷ como em (11) e (12):

(11) (a) O João, bem como o Manuel, vai ao cinema hoje.

(b) O João, tal como o Manuel, vai ao cinema hoje.

(12) Se ele me encontrar aqui – e com certeza encontra – fico com problemas.

Pelo contrário, a justaposição é um tipo de conexão distinto quer da coordenação quer da subordinação, como vimos.

(ii) A justaposição diz respeito apenas a conexão frásica; a aposição pode juntar constituintes não frásicos (os apostos nominais e adjectivais), como em (13a) e (13b):

(13) (a) Manuel de Oliveira, realizador de cinema português, recebeu vários prémios.

(b) Manuel de Oliveira, sempre activo, faz um filme por ano.

A propósito da natureza nominal ou frásica da aposição, Quirk *et alii* (1985) afirmam que a aposição é geralmente nominal, tomando como ponto de partida o Inglês. No que diz respeito às relativas, o Inglês e o Português distinguem-se pelo facto de no Inglês as RNR apenas consentirem “wh words”, como é visível em (14), enquanto o Português admite quer o morfema *o qual* quer o morfema *que*, cujo estatuto nominal está longe de ser indiscutível (ver os exemplos (15)):

(14) (a) * John, that happens to be an expert in aerodynamics, ...

(b) John, who happens to be an expert in aerodynamics, ...

(15) (a) O João, que é um especialista em aerodinâmica, ...

(b) O João, o qual é um especialista em aerodinâmica, ...

O facto de as RNR admitirem em Português tanto *que* como *o qual* para SU e OBJ pode querer mostrar que as RNR oscilam entre a natureza nominal e a natureza frásica, enquanto em Inglês só serão nominais, com a consequência ilustrada em (14) quanto ao uso dos morfemas.⁸

(iii) Do ponto de vista semântico justaposição e aposição têm semelhanças, mas também diferenças: a justaposição em orações intercalares, por exemplo, serve de “à parte” ao enunciado, com vários valores semânticos, mas não constituindo, em geral, uma forma de predicação; a aposição é sempre, de forma mais ou menos visível, uma

⁷ Cf. Matos (2003: 557).

⁸ Em Brito (1991, cap. IV), defende-se, na sequência de Cinque (1978) para o Italiano, que as relativas não restritivas, ao contrário das restritivas, admitem *o qual* para SU e OBJ e que essa admissibilidade está na origem do carácter nominal da RNR com consequências importantes para a Teoria do Caso.

forma de predicação⁹ (não forçosamente não restritiva, embora o seja no geral). Veja-se, a título ilustrativo, vários casos de aposição nominal:

- (16) Maria, a única neta da família, mora em Londres.
- (17) D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, combateu a própria mãe.
- (18) Saramago, o único nobel português da Literatura, tem uma vasta obra ficcional.
- (19) O rio Tejo tem um grande estuário.
- (20) O planeta Terra é o 3º a contar do Sol.
- (21) A letra “W” só recentemente entrou para o alfabeto português.

Em (16), (17) e (18) os apostos nominais são não restritivos, enquanto em (19), (20) e (21) temos apostos nominais restritivos.

Apesar da diferença entre os dois grupos, o ponto em comum a estas aposições é que a relação que se estabelece entre os dois termos da construção é de natureza predicativa, o que pode ser comprovado pelas paráfrases a partir de todos os exemplos apresentados:

- (16') Maria é a única neta da família.
- (17') D. Afonso Henriques foi o primeiro rei de Portugal.
- (18') Saramago é o único nobel português da Literatura.
- (19') O Tejo é um rio.
- (20') A Terra é um planeta.
- (21') O “W” é uma letra.

A partir deste percurso e seguindo a tradição gramatical, colocamos a hipótese de as RNR serem um caso de aposição.

1.6. RNR e aposição

Vejam as principais propriedades que fazem das RNR do tipo de (1) uma forma de aposição parentética:

(i) Marcas prosódicas:

As RNR são sempre separadas da expressão nominal que modificam por uma pausa e uma ruptura entoacional, que se exprime na escrita pela presença de vírgulas, traços ou parêntesis.¹⁰ Certos autores consideram mesmo que as RNR têm uma independência fónica em relação ao resto do enunciado.¹¹

⁹ Cf. Gratacós (1999).

¹⁰ De acordo com Keenan (1985), citado em Alexiadou *et alii* (2000: 31) e Kayne (1994: 111), a separação por pausas e ruptura entoacional não parece ser uma característica universal das RNR.

¹¹ McCawley (1982) propôs uma análise em que uma sequência parentética não é nó irmão dos outros constituintes; a estrutura final é descontínua, obtida por um tipo especial de transformação que modifica a ordem sem modificar a estrutura sintagmática. Actualmente este modelo não pode ser adoptado.

(ii) As RNR admitem vários marcadores explícitos de oposição como *por sinal, por acaso, efectivamente, etc.*:¹²

- (22) (a) O João, que por sinal é um grande especialista em aerodinâmica,
 (b) * ?? O homem que por sinal é um grande especialista em aerodinâmica...

(iii) As RNR aparecem no fim de todos os modificadores pós-nominais:

- (23) (a) Depois de viver uma campanha interna que foi diferente, que marcou a maneira de fazer política em Portugal, o PS abre a porta a uma nova fase da sua vida.
 (b) * Depois de viver uma campanha interna, que marcou a maneira de fazer política em Portugal, que foi diferente, o PS abre a porta a uma nova fase da sua vida.

(iv) As RNR não admitem “empilhamento”, ao contrário das restritivas:

- (24) O livro que ela me deu que eu queria ler há muito tempo não foi caro.
 (25) * “O Tratado sobre a Lucidez”, que ela me deu que eu queria ler há muito tempo, não foi caro.

(v) Certas dependências referenciais que podem acontecer nas restritivas estão impedidas nas RNR; por exemplo, um pronome pessoal não pode ser ligado por uma expressão quantificada fora da RNR:¹³

- (26) [Toda a mulher]_i gosta de um homem que confie n[ela]_i.
 (27) * [Toda a mulher]_i gosta do João, que confia n[ela]_i.

(vi) Certos quantificadores (como *qualquer*) que são legitimados por operadores fora da relativa (como a negação) não podem figurar em RNR (29), embora o possam em restritivas (28):¹⁴

- (28) Eu não encontrei nenhuma pessoa que tivesse feito quaisquer diligências nesse sentido.
 (29) * Eu não encontrei o João, que fez quaisquer diligências nesse sentido.

(vii) As RNR não admitem conjuntivo nem infinitivo:¹⁵

- (30) (a) * Eu não encontrei o João, que tivesse feito quaisquer diligências nesse sentido.

¹² Cf. Quirk *et alii* (1985).

¹³ Cf. Jackendoff (1977: 172), Safir (1986: 672), Alexiadou *et alii* (2000: 34); Brito (1991: 129).

¹⁴ Cf. Jackendoff (1977: 176), Safir (1986), Alexiadou *et alii* (2000: 34); Brito (1991: 130).

¹⁵ Cf., entre outros, Brito (1991: 130-131).

- (b) * Eu não encontrei o João, a fazer quaisquer diligências nesse sentido (agramatical como RNR).

(viii) Certas relações de dependência entre um pronome e uma expressão referencial dentro da relativa podem dar-se numa RNR (veja-se o exemplo (31)), à semelhança do que se passa em coordenadas (32) e em intercalares (33); tal não opera nem em RR nem em estruturas de complementação (veja-se a agramaticalidade de (34) e de (35)):¹⁶

- (31) Ela_i não é muito apreciada pelos amigos, que sempre consideraram a Maria_i uma pessoa muito reservada.
 (32) Ela_i disse-me, e a Maria_i não é o tipo de pessoa que mude facilmente de opinião, que não gostou daquele comportamento.
 (33) Ele_i encontrou a Maria – o Miguel_i; vai para Inglaterra todos os verões – e foi divertidíssimo.
 (34) * Ela_i não é muito apreciada pelos vizinhos que moram no prédio da Maria_i.
 (35) * Ela_i disse-me que a Maria_i não gostou daquele comportamento.

Quer dizer, as RNR não são sensíveis à restrição, comum a outras construções, que consiste no facto de uma expressão referencial na relativa não poder ser ligada por um pronome que a c-comande (pelo Princípio C da Teoria da Ligação, Chomsky, 1981).¹⁷

Estes factos levaram Cinque (1982: 263) a propor que as RNR têm carácter parentético na estrutura, “na qual os SNs não são c-comandados por nenhum constituinte que preceda ou siga a apositiva.”

Exemplos deste tipo permitiram a Safir (1986) considerar que o pronome em qualquer dos exemplos apresentados de RNR não c-comanda o SN *no nível em que a Teoria da Ligação é relevante*. Safir propõe então que as RNR são construções que se unem estruturalmente à F matriz em FL', um nível que foi sugerido em Chomsky (1982) como uma espécie de nível do discurso.

Os problemas de uma análise do tipo da de Safir (1986) são de ordem teórica; com efeito, supondo a existência de um nível FL' depois de FL, nível em que os constituintes parentéticos se unem ao resto da frase, a operação Compor (“Merge”) aplicar-se-ia fora do sistema computacional da gramática, o que é difícil de conceber no quadro do Programa Minimalista (Chomsky 1995).¹⁸

¹⁶ Cf. Cinque (1982), Brito (1991: 128).

¹⁷ Mas ver: (i) * ?? Ele_i encontrou a Maria_i, que o Miguel_i conhecia do curso de verão.

¹⁸ Também problemas de “ilha”, ilustrados em (i), um caso de violação da “ilha do SN complexo”, seriam dificilmente explicados pela análise de Safir:

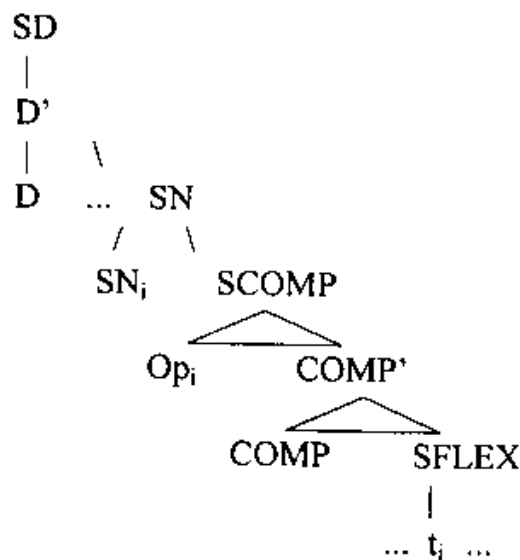
(i) * Que livros é que a Maria_i, que comprou t_i, te visitou ontem?

2. Que sintaxe para as RNR?

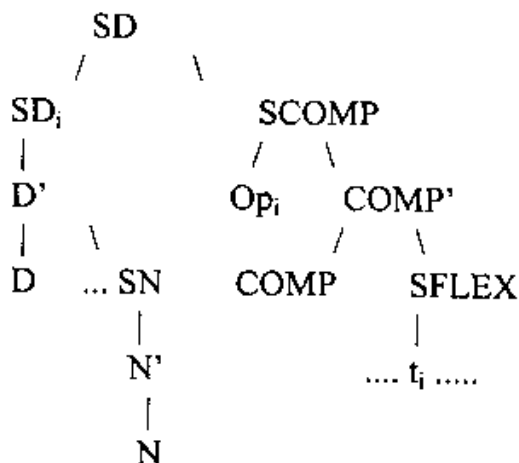
2.1. Uma análise por adjunção

No quadro da análise clássica do SN, uma das análises mais comuns das relativas em geral é a que propõe que uma relativa está em adjunção a SN.¹⁹ A partir da “hipótese SD”, várias possibilidades estão em jogo, em particular a adjunção a SN para as RR e a adjunção a SD para as RNR.²⁰

(36) RR:



(37) RNR:



No que diz respeito às RR, certos fenómenos gramaticais não são bem descritos por uma análise por adjunção, seja no quadro da hipótese clássica do SN seja no quadro da hipótese SD.

A natureza de ilha de um SD contendo uma relativa mostra que um SD complexo (com uma frase encaixada e, portanto, com conteúdo proposicional) é uma “fase” (no sentido de Chomsky (2001)).

¹⁹ Cf. Ross (1968), Cinque (1982), Safir (1986), Brito (1991) (para o português), entre outros.

²⁰ Cf. Alexandre (2000); as estruturas são simplificadas porque a autora considera ainda a existência de outras categorias funcionais no SD.

Como mostra Bianchi (1995 e 2000a: 54-60), a análise clássica das relativas por adjunção a SN não explica as relativas correlativas²¹, a atracção de caso pelo pronome relativo²² ou os fenómenos de atracção inversa²³. O ponto em comum a estes fenómenos é que o antecedente da relativa tem uma forma que não é puramente explicável pelas relações que mantém na frase matriz e cuja origem tem de se procurar na relativa.

No que diz respeito às RNR, a proposta de haver um SD como adjunto parece adequada para dar conta do facto de estas relativas terem como antecedente uma expressão referencial, um N próprio, ou um pronome pessoal. Mas alguma coisa deve ser acrescentada para dar conta do conjunto das suas propriedades.

2.2. Uma análise por elevação

Com efeito, três propriedades importantes caracterizam ainda as RNR de SD que estamos a analisar:²⁴

- não admitem expressões nominalizadas, como em (38):

(38) * O meu amigo deixou de ser o distraído, que era antigamente.

- Não admitem expressões idiomáticas do tipo *tomar parte em, fazer caso de, tirar partido de*, etc.:

(39) * O partido, que o candidato tirou dos erros dos outros, contribuiu para a sua eleição.

- Não admitem facilmente o fenómeno de “reflexivização para trás”, quer dizer, não admitem fenómenos de reconstrução:

(40) ?? O retrato de si próprio, que o João tirou, ficou muito bem.

Ora sabemos que estes três fenómenos caracterizam as RR:

(41) O meu amigo deixou de ser o distraído que era antigamente.

(42) O partido que o candidato tirou dos erros dos outros contribuiu para a sua eleição.

(43) O retrato de si próprio que o João tirou ficou muito bem.

Estes fenómenos, entre outros, serviram a Vergnaud (1974) e a Kayne (1994) de fundamentação empírica para uma análise por elevação das RR. Em particular, Kayne

²¹ Em Latim, Inglês Antigo e Sânscrito.

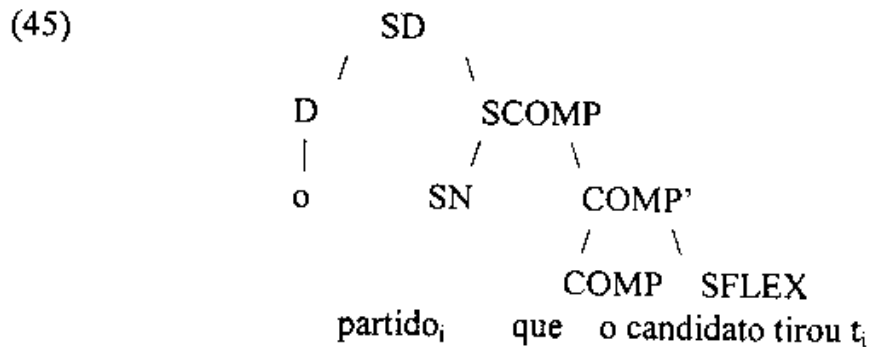
²² Em Latim, Grego Antigo, Inglês Antigo, Antigo Alto Alemão.

²³ Em Latim e Antigo Alto Alemão.

²⁴ Para uma apresentação destas propriedades ver Brito (1991: 127-131).

propõe que o nome sobe de uma posição básica no interior da oração relativa e passa a ocupar uma posição junto de D, mais propriamente a posição Esp de SCOMP, que, por sua vez, é complemento de D, originando uma estrutura como em (45) para (44):

(44) ... o partido que o candidato tirou...



No caso de a RR ter um SP ou um SN contendo um morfema *wh*, a elevação do N faz-se a partir do sintagma previamente movido, como se descreve em (46) e (47):

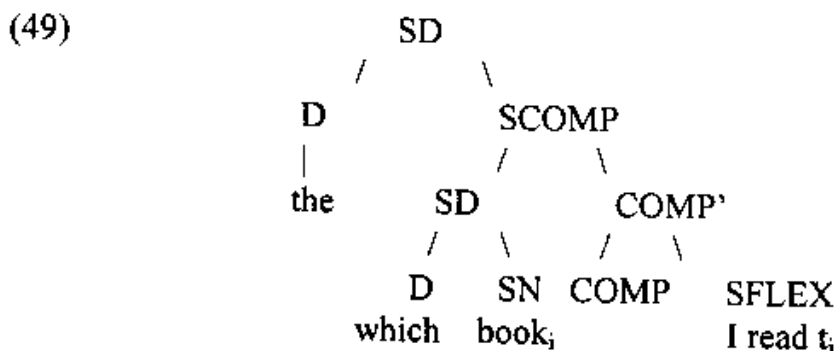
(46) [_{SD} o [_{SCOMP} [_{SN} rapaz_j] [_{SP} com o qual t_j]_i COMP [_{SFLEX} eu falei [t_i]]]]

(47) [_{SD} o [_{SCOMP} [_{SN} rapaz_j] [_{SN} a amiga do qual t_j]_i COMP [_{SFLEX} eu encontrei [t_i]]]]

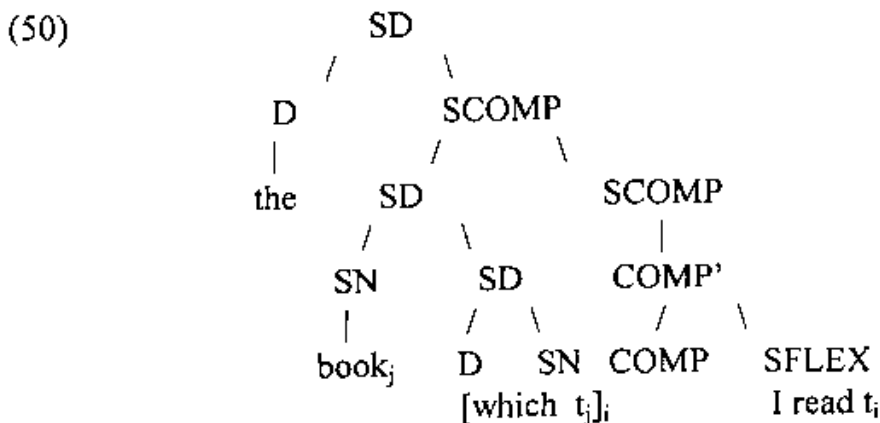
Tomemos ainda um exemplo em inglês:

(48) the book which I read ...

A configuração obtida por elevação de *which book* terá a forma seguinte:



Por deslocamento de *book* a partir de *which book*, obteríamos (50):



Esta análise apresenta alguns problemas que foram largamente referidos na bibliografia:²⁵ (i) a análise nunca diz quais são os traços fortes de COMP declarativo que podem desencadear o movimento de SN para Esp de SCOMP e a única motivação para o movimento parece ser justificar a ordem de palavras; (ii) se o movimento do SN é para Esp de SCOMP, deverá então ter o estatuto de operador, o que não parece justificado; (iii) o que é deslocado é um SN, mas se houver reconstrução em FL é um SD que é reconstruído; (iv) a configuração obtida por movimento de SN não é uma configuração canónica de Acordo Esp-núcleo, porque que D é um núcleo e o SN deslocado está em Esp de SCOMP; (v) esta análise prediz que o antecedente tenha o mesmo caso que a expressão nominal na relativa, o que nem sempre acontece; veja-se o exemplo (51) em Alemão, em que as duas expressões têm casos diferentes:²⁶

(51) ... der Junge (NOM), den (ACUS) wir kennen...

Bianchi (1995 e 2000a) adoptou e modificou esta análise de modo a corrigir alguns aspectos. Como é visível nas estruturas (45), (49) e (50), o D exterior e o N não formam um constituinte, embora tenham os mesmos traços ϕ ; para corrigir este aspecto, Bianchi propõe que a relação entre D e N tem de ser vista de tal modo que se possa dizer que há acordo (“proper agreement”) ou verificação (“checking”). Note-se que, em (50), por exemplo, o núcleo nominal do antecedente é dominado por um único segmento de SCOMP. Dado que a relação de dominação se aplica a categorias e não a segmentos, Bianchi afirma que, na configuração (50), o núcleo *book* não pertence ao domínio do D *which* nem ao domínio de C, mas sim ao domínio do D exterior; por isso, podem estabelecer uma relação de acordo ou de verificação.²⁷

²⁵ Cf. Borsley (1997), Platzack (2000: 276-277); para o Português, Alexandre (2000: 110-135).

²⁶ Exemplo de Platzack (2000: 276).

²⁷ A autora adopta a definição de Manzini (1994) de “domínio mínimo”: “O domínio mínimo do núcleo X inclui todos os elementos que são imediatamente dominados por e que não dominam uma projecção de X.” (tradução minha). Note-se que, embora a explicação de Bianchi tente resolver um verdadeiro problema da análise de Kayne, a configuração (50) é muito próxima da de uma completiva precedida de artigo, como

Um segundo aspecto da análise de Kayne consiste no facto de o traço que atrai o N nunca ser identificado. Bianchi propõe que o D exterior tem um traço [+N] forte que não pode ser satisfeito por SCOMP; por isso, o SN eleva-se para Esp de SCOMP.²⁸

Para dar conta das RNR dentro deste quadro teórico, Kayne afirma que a pausa característica destas relativas, tal como na deslocação à esquerda, é uma propriedade da PF (Forma Fonética) associada a uma propriedade da FL (Forma Lógica). Assim, defende que “as restritivas e as não restritivas diferem em FL mas não diferem estruturalmente em Sintaxe explícita” (p. 111). O que acontecerá é que, em FL, SFLEX se move para Esp de SCOMP, originando uma estrutura como (52), para dar conta do facto de a oração RNR estar fora do escopo do D:

$$(52) [_{SFLEXi} [_{D} [_{SCOMP} SD [_{COMP} t_i]]]]^{29}$$

Este movimento em FL é motivado por um traço sintáctico presente em Sintaxe explícita, que Kayne, no entanto, nunca identifica, o mesmo traço que motiva a entoação em PF. Tal traço é suprimido depois do movimento em FL mas fica presente em PF para desencadear a pausa entoacional.³⁰

2.3. Problemas da análise das RNR por elevação de SFLEX

A análise de Kayne / Bianchi coloca alguns problemas. A motivação do movimento de SFLEX em FL é estranha, porque a razão pela qual há movimentos neste nível é precisamente para que certos constituintes tenham escopo sobre outros e não o contrário. Para além disso, se a posição das RNR é à direita de todos os outros modificadores, é discutível que elas sejam descritas por um movimento da oração para a esquerda em FL.³¹

Há também aspectos estruturais que permitem supor uma sintaxe distinta dos dois tipos de relativas, em particular: o emprego de diferentes morfemas relativos; a natureza do antecedente; a presença / ausência de c-comando do D do antecedente em relação a tudo o que se situa na relativa.

em (i) O tu saíres de casa aborreceu-me, em que o artigo *o* é a forma não marcada e não tem qualquer relação de acordo com o *tu*, sujeito da completiva. Portanto, não é evidente que na configuração (50) o D superior e o N entrem numa relação de acordo ou de verificação.

²⁸ Cf. Bianchi (2000a: 63).

²⁹ De modo a explicar que o empilhamento (“stacking”) de RNR é impossível, Kayne (1994) diz que SFLEX teria de ser extraída de uma posição de “ramo direito” sobre um “ramo esquerdo”, o que é impossível (p. 114). Por sua vez, afirma que as expressões idiomáticas não podem figurar em RNR porque a relação de c-comando entre a expressão movida e o seu vestígio é destruída. O mesmo se produzirá se houver quantificadores na posição mais alta de D; o D não poderá ligar o vestígio do morfema relativo em SFLEX.

³⁰ Bianchi (1995: 272-299) apresenta também uma análise das RNR na linha de Kayne, propondo uma outra elevação em FL (do pronomo relativo para uma posição de Esp de SCOMP) para dar conta do facto de nas RNR se poder ter “ *pied-pigipig* ” de sintagmas pesados, como os ilustrados em (i):

(i) O professor, para falar com o qual vim ao Porto, ...

³¹ Cf. Grosu (2000: 99).

A análise de Kayne / Bianchi das RNR não parece, portanto, muito convincente. Além disso, o problema das RNR não se limita às construções que estamos a analisar. Quatro construções, pelo menos, devem ser relacionadas com esta análise.

(i) As RNR com antecedente SD mas que, ao contrário das anteriores, parecem ser “justapostas paratáticas”, para retomar uma designação de Brucart (1999), como em (53):³²

(53) O Conselho apresentou saudações. *Que ninguém já esperava.*

Dada a natureza da relativa em itálico, que não é nem uma RR nem uma relativa livre, parece difícil analisá-la por elevação quer seja do antecedente quer seja de SFLEX.

(ii) As relativas pseudo-afirmativas de SD, como aquelas em que o antecedente é um demonstrativo:

(54) Os Portugueses, *aqueles que têm dinheiro*, viajam muito.

(55) Os estudantes, *os que vieram à aula*, estão interessados.

Estas relativas são em si mesmo restritivas dum antecedente com núcleo elíptico, estando apenas *os*, *aqueles* explícito; mas o SD inteiro é uma aposição em relação à oração principal.³³ É por isso difícil de analisá-las por elevação, porque o elemento a elevar seria aqui um artigo ou um demonstrativo.

(iii) As RNR de Frase que começam por um N que retoma o conteúdo da oração anterior, como nos exemplos seguintes:

(56) Elas não se dão bem há algum tempo, *problema que se agravou desde o verão.*

(57) O Parlamento foi dissolvido, *situação / decisão que não agradou a certos partidos.*

Nas construções em itálico, retoma-se algo da primeira oração, razão pela qual elas podem ser designadas, como o faz Brucart, “relativas com antecedente resumptivo justapostas”³⁴. Toda a expressão assinalada é uma aposição nominal mas, no que diz respeito à relativa propriamente dita, ela é restritiva em relação ao antecedente.³⁵ Seguindo Kayne, o nome que precede *que* poderia ser elevado da relativa, mas seria preciso explicar o valor anafórico desse nome em relação à primeira oração.

³² Brucart (1999: 418).

³³ Cf. Brucart (1999: 425-428); Mateus *et alii* (2003: 681-683).

³⁴ Cf. Brucart (1999: 423).

³⁵ Brito (1991: 132); Brucart (1999: 423-425).

(iv) Finalmente as RNR de F ou de predicado começadas por *o que*,³⁶ vejam-se os exemplos (58), (59) e (60):

(58) O famoso político demitiu-se, o que chocou o país.

(59) O famoso político tem-se remetido ao silêncio, o que muitos outros não têm.

(60) O famoso político é um homem livre, o que muitos outros não são.

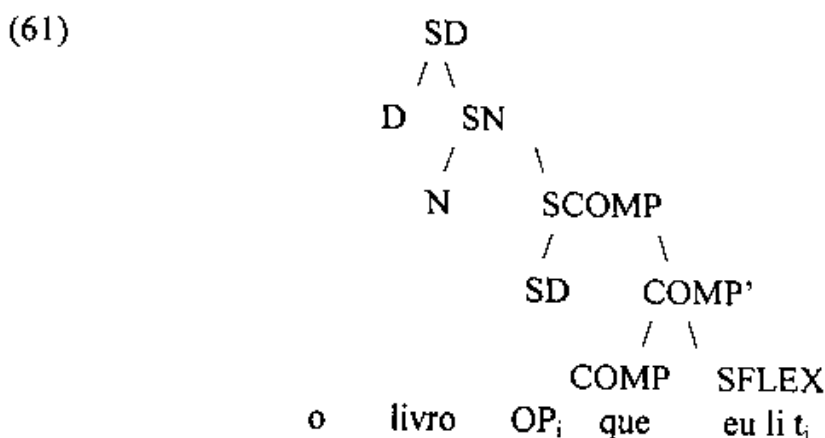
Nestas relativas, *o que* é o único morfema autorizado. Se se admitisse uma análise por elevação deste tipo de relativas, teríamos de considerar que uma F (SFLEX), um SV, um SA ou um SN pudessem ser complementos do morfema relativo *o que*.

Abandonada assim uma análise por elevação das RNR, é preciso encontrar alternativas.³⁷

2.4. Uma análise das RR e das RNR de SD por complementação ou por adjunção?

Antes de voltar à ideia de adjunção, é útil apresentar a análise de Platzack (2000). O autor constrói uma análise dos dois tipos de relativas por complementação, respeitando assim a ideia de antissimetria em Sintaxe e anulando a diferença entre modificadores e argumentos.

O SD contendo uma RR teria a seguinte estrutura:



Nesta estrutura, o D superior, aqui ocupado pelo artigo definido *o*, ou um Quantificador numa posição semelhante c-comanda todos os constituintes em SCOMP e

³⁶ Sobre esta crítica ver Borsley (1997).

³⁷ Grosu (2000) e Zwart (2000) constróem análises interessantes das relativas na linha de Kayne / Bianchi. Grosu considera que uma análise puramente configuracional das relativas é quixotesca e incapaz de dar conta de uma tipologia fina das relativas. Propõe, por isso, um modelo do tipo do de Kayne / Bianchi mas completado por traços. Zwart, por seu lado, parte das línguas germânicas, que justificam uma análise do sistema de COMP em três níveis. O autor considera que um dos níveis, COMP1, pode ser o lugar de um Restritor (SCOMP1=Sintagma Restritor), que serve de “desencadeador” do movimento do antecedente para uma posição de Esp da relativa. Esta análise tem a vantagem de criar uma configuração adequada para a componente semântica.

SFLEX; desse modo, os fenómenos de ligação ilustrados de (26) a (30) são explicados.

Mas esta estrutura não dá conta dos fenómenos normalmente invocados em favor de uma análise por elevação e que vimos há pouco; além disso, dificilmente pode analisar as RR com antecedente coordenado e verbo recíproco, como (62):³⁸

(62) O rapaz e a rapariga que moram no nosso andar casaram-se.

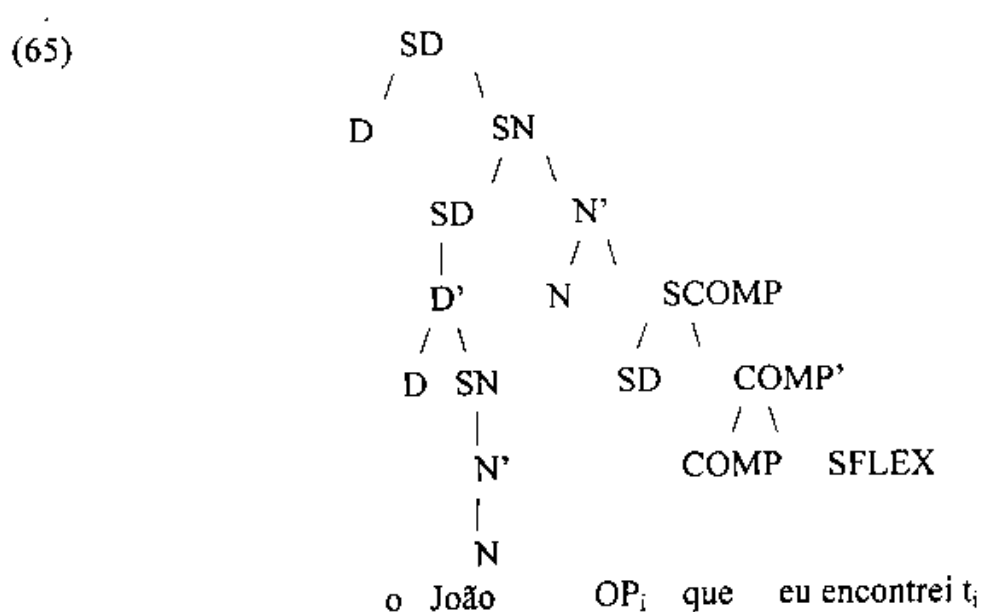
Contudo, o comentário fundamental que se pode fazer em relação a esta análise relaciona-se com a diferença entre relativas e completivas, ilustradas em (63) e (64):³⁹

(63) A hipótese que me apresentaste ontem é interessante. (relativa)

(64) A hipótese (de) que me venhas a apresentar aquele homem agrada-me. (completiva de N)

Com efeito, é conveniente que as estruturas sintáticas tenham meios de distinguir modificadores e argumentos.⁴⁰

Vejamos agora de que modo Platzack analisa uma RNR:



Nesta estrutura, o SD que constitui o antecedente da RNR ocupa a posição de Esp de SN e, desta maneira, o autor pode dizer que quer o artigo *o* quer um Q não comandam SCOMP ou SFLEX; assim se explicam alguns dos comportamentos apresentados anteriormente do ponto de vista da Teoria da Ligação, em particular os ilustrados de (26) a (30).⁴¹

³⁸ Ver Brito (1991, cap. 2); Mateus *et alii* (2003: 659-660).

³⁹ Cf. Mateus *et alii* (2003: 656); na mesma linha, Rebushi (2005).

⁴⁰ Esta crítica pode também ser feita ao modelo de Kayne (1994), em que a adjunção não existe e onde tudo é descrito por uma configuração, concebida como universal, de Esp-núcleo-complemento.

⁴¹ Segundo Platzack, a existência de um SD antecedente da RNR justifica, tal como na "deslocação à

Apesar do aspecto interessante desta análise, ela justifica alguns comentários:

(i) a presença de um N vazio não é justificada;

(ii) se é verdade que o D do SD antecedente não c-comanda nem SCOMP nem SFLEX, a própria relativa continua a ser c-comandada pelos outros constituintes da frase matriz, deixando sem explicação os factos ilustrados em (31), aqui retomado:

(31) Ela_i não é muito apreciada pelos amigos, que sempre consideraram a Maria_i uma pessoa muito reservada.

(iii) Sobretudo esta análise não explica a ausência de factos de reconstrução nas RNR, ilustrados em (40), aqui repetido, e ao contrário do que acontece em completivas:⁴²

(40) ?? O retrato de si próprio, que o João tirou, ficou muito bem.

Esta propriedade justifica então o regresso à análise por adjunção, apresentada em (37). Porém, algo tem de ser acrescentado. Com efeito, a agramaticalidade de (40) pode ser explicada pela ideia de que a adjunção em geral é uma inserção tardia (por « pair merge ») na derivação, não estando submetida a reconstrução⁴³ mas gerada a um nível em que ainda tem repercussões na Forma Fonética, explicando, em particular, a pausa e a ruptura fonológica.

Desse ponto de vista, uma estrutura do tipo de (37) pode representar de maneira adequada as RNR de SD que estudámos ao longo deste texto.⁴⁴

3. Conclusões

Na primeira parte deste texto, vimos que as relativas não restritivas de SD constituem um caso de aposição, com alguns aspectos comuns às intercalares, mas diferenciando-se destas por outras propriedades.

esquerda contrastiva”, a presença de uma ruptura prosódica e o autor aproveita para dizer que na análise de Kayne a deslocação à esquerda não é explicável por elevação de SFLEX e por isso a semelhança fonológica entre as duas construções não seria explicável na sua análise.

⁴² Ver a este propósito Chomsky (1995: 73-75).

⁴³ A proposta de Chomsky (2001) de adjunção por inserção tardia aplica-se às relativas em geral. No seu exemplo (p. 15): (i) [[Which [picture of Bill]_i]] [that John_i liked]] did he_{v,ij} buy t_{wh}? em que o sintagma interrogado pode ser reconstruído no seu lugar de origem, *John*, que pertence à relativa, pode ser co-referente de *he* na oração matriz, o que mostra que não há nenhuma violação do Princípio C, enquanto *Bill*, que pertence ao complemento nominal e ao antecedente da relativa não pode ser co-referente de *he*, pelo Princípio C. Por isso, há uma assimetria complemento / adjunção no que diz respeito à reconstrução. Se se aceitar uma análise à Kayne / Bianchi para as RR, a reconstrução deriva da própria análise, porque o antecedente é reconstruído / copiado na relativa; nesta perspectiva, talvez se possa aproveitar a ideia de Chomsky apenas para as RNR.

⁴⁴ Por simplificação, não analiso no texto a acumulação de relativas (que pode afectar duas RR, uma RR seguida de uma RNR, mas não uma RNR seguida de RR). Se se adoptar a análise das RR por elevação e as RNR como adjunção por inserção tardia, explica-se a impossibilidade de RNR seguidas de RR.

Usando a distinção tradicional entre coordenação e subordinação, vimos que a aposição não é incompatível nem com a coordenação nem com a subordinação. Dentro deste quadro, as RNR são subordinadas.

Alguns estudos⁴⁵ têm mostrado que a subordinação não é um tipo de conexão frásica homogénea, pois inclui a subordinação sintáctica, que inclui as completivas, que têm estatuto de argumento, e as relativas, que têm estatuto de modificador nominal; e a subordinação discursiva (que, no fundo, é a conexão frásica propriamente dita e que abrange a chamada “subordinação adverbial”). Nesta perspectiva, as RNR de SD estão a meio caminho entre subordinação sintáctica e discursiva.

Se se pretender usar a distinção hipotaxe / parataxe, incluindo a hipotaxe a subordinação sintáctica (completivas e relativas) e a subordinação discursiva e a parataxe todos os casos de coordenação “pura”⁴⁶ e as justapostas, teremos de qualquer modo de distinguir a aposição, e em particular as RNR. As RNR não são, aliás, um fenómeno homogéneo, pois há RNR justapostas, de natureza paratáctica, cuja integração na construção é frágil, e há RNR de SD prototípicas, que são subordinadas.⁴⁷

Na segunda parte deste texto, tentámos propor uma análise sintáctica para as RNR de SD. Depois de termos visto os principais problemas da análise de Kayne (1994) e da sua adaptação por Bianchi (1995, 2000a e 2000b) e da análise de Platzack (2000) para os dois tipos de relativas, mostrámos que uma análise das RNR por adjunção a SD, concebida como um mecanismo de inserção tardia na derivação dá conta de várias propriedades deste tipo de relativas.

Como podemos aperceber-nos, do ponto de vista sintáctico nem coordenação / subordinação nem parataxe / hipotaxe são noções primitivas, sendo antes etiquetas pré-teóricas que exigem um tratamento formal.

Nesta ordem de ideias, as RNR que estudámos podem ser descritas como uma categoria frásica (SCOMP) projectada em adjunção a SD, por inserção tardia.

Referências Bibliográficas

- ABNEY, S. P. (1987) *The English Noun Phrase in its Sentential Aspect*. Ph.D. Diss., MIT (não publicado).
- ALEXIADOU, A., Law, P., Meinunger, A. & Wilder, C. (2000) Introduction. In Alexiadou, A., Law, P., Meinunger, A. & Wilder, C. (2000) (orgs.), pp. 1-51.
- ALEXIADOU, A., Law, P., Meinunger, A. & Wilder, C. (2000) (orgs.) *The Syntax of Relative Clauses*, Amsterdam, John Benjamins.
- BECHARA, E. (1999) *Moderna Gramática Portuguesa*, Ed. revista e ampliada, Rio de Janeiro, Ed. Lucerna.

⁴⁵ Entre outros, Peres (1997), Lobo (2003), López Garcia (1999), Lopes (2004).

⁴⁶ Mas nem todos os casos de coordenação tradicional são paratácticos; ver entre outros Matos (2003), Lobo (2003) e Lopes (2004).

⁴⁷ Para Alexiadou *et alii* (2000: 34), toda a aposição é uma instância de parataxe (não sintacticamente integrada na oração matriz).

- BIANCHI, V. (1995) *Consequences of Antisymmetry for the Syntax of Headed Relative clauses*, Ph. D. Diss., Scuola Normale Superiore di Pisa.
- BIANCHI, V. (2000a) Some Issues in the Syntax of Relative Determiners. In Alexiadou, A., Law, P., Meinunger, A. & Wilder, C. 2000 (orgs.), pp. 53-81.
- BIANCHI, V. (2000b) The Raising Analysis of Relative Clauses: a Reply to Borsley. *Linguistic Inquiry*, 31, pp. 123-140.
- BORSLEY, R. (1997) Relative Clauses and the Theory of Phrase Structure. *Linguistic Inquiry*, 28, pp. 629-647.
- BRITO, A. M. (1991) *A Sintaxe das orações relativas em Português*, INIC, Lisboa.
- BRUCART, J.M. (1999) La estructura del sintagma nominal: las oraciones de relativo. In Bosque, I. & Demonte, V. 1999 (orgs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, Espasa, Madrid, vol. I, pp. 396-522.
- CINQUE, G. (1978) La sintassi dei pronomi relative *cui e quale* nell'italiano moderno. *Rivista di Gramatica Generativa*, 3, 1, pp. 31-126.
- CINQUE, G. (1982) On the theory of relative clauses and markedness. *The Linguistic Review* 1, pp. 247-296.
- CHOMSKY, N. (1981) *Lectures on Government and Binding*, Dordrecht, Foris Publications.
- CHOMSKY, N. (1982) *Some Concepts and Consequences of the Theory of Government and Binding*, Cambridge, Mass., The MIT Press.
- CHOMSKY, N. (1995) *The Minimalist Program*, Cambridge, Mass., The MIT Press.
- CHOMSKY, N. (2000) Minimalist Inquiries. In Martin, R., Michaels & Uriagereka, J. (orgs.) *Step by Step. Essays on Minimalist Syntax in Honour of Howard Lasnik*, Cambridge, Mass., The MIT Press, pp. 89-155.
- CHOMSKY, N. (2001) Beyond Explanatory Adequacy (ms.), MIT.
- DEAN, J. (1966) Determiners and relative clauses (não publicado).
- DUARTE, I. (2003) Aspectos linguísticos da organização textual. In Mateus, M. H. et alii (2003), pp. 87-123.
- EMONDS, J. (1979) Appositive relatives have no properties. *Linguistic Inquiry*, 10, 2, pp. 211-243.
- GRATACÓS, A., S. (1999) La aposición y otras relaciones de predicación nominal. In Bosque, I. & V. Demonte (1999) (orgs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, Espasa, Madrid, vol. I, pp. 523-564.
- GROU, A. (2000) Type-resolution in Relative Constructions. In Alexiadou, A., Law, P., Meinunger, A. & Wilder, C. (2000) (orgs.), pp. 83-119.
- JACKENDOFF, R. (1977) *X-Bar Syntax: a Study of Phrase Structure*, Cambridge, Mass., The MIT Press.
- JOHANNESSEN, J. B. (1998) *Coordination*, Oxford, OUP.
- KAYNE, R. (1994) *The Antisymmetry of Syntax*, Cambridge, Mass., The MIT Press.
- KEENAN, E. (1985) Relative Clauses. In *Language Typology and Syntactic Description*, Vol. II, *Complex Constructions*, pp. 141-170, org. por Shopen, Cambridge, CUP.
- LOBO, M. (2003) *Aspectos da Sintaxe das Orações Subordinadas Adverbiais do Português*, Diss. de Doutoramento, UNL, Lisboa.

- LOPES, M. H. C. (2004) *Aspectos sintácticos, semânticos e pragmáticos das orações causais. Contributo para uma reflexão sobre o ensino da gramática*. Diss. de Doutoramento, U. Porto.
- LÓPEZ García, A. (1999) Relaciones paratácticas e hipotácticas. In Bosque, I. & V. Demonte (1999) (orgs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, Espasa, Madrid, vol. III, pp. 3597-3547.
- MANZINI, M. R. (1994) Syntactic dependencies and their properties: a note on Strong Islands. *University College of London Working Papers in Linguistics*, 6, pp. 205-218.
- MATEUS, M. H. *et alii* (2003), *Gramática da Língua Portuguesa*, Caminho, Lisboa, 5ª ed..
- MATOS, G. (2003) Estruturas de coordenação. In Mateus, M. H. *et alii* (2003), pp. 549-592.
- McCAWLEY, J. (1982) Parentheticals and Discontinuous Constituent Structure, *Linguistic Inquiry*, 13, pp. 91-106
- QUIRK, R. *et alii* (1985) *A Comprehensive Grammar of the English Language*, Londres, Longman.
- PERES, J. (1997) Sobre conexões proposicionais. In Brito, A. M *et alii* (orgs.) *Sentido que a vida faz, Estudos para Óscar Lopes*, Porto, Campo das Letras, pp. 775-787.
- PLATZACK, C. (2000) A Complement-of-Nº Account of Restrictive and Non-Restrictive Relatives. In Alexiadou, A., Law, P., Meinunger, A. & Wilder, C. (2000) (orgs.), pp. 265-308.
- REBUSCHI, G. (2002) Coordination et subordination. Deuxième partie. Vers la co-jonction généralisée. *Bulletin de la Société de Linguistique de Paris*, t. XCVII (2002), fasc. 1, pp. 37-94.
- REBUSCHI, G. (2005) Generalizing the antisymmetry analysis of coordination to nominal modification, *Lingua* 115 (2005), pp. 445-459; disponível *on line* em www.science.direct.com; www.elsevier.com/locate/lingua.
- ROSS, J. (1968) *Constraints on variables in Syntax*, Diss. de PhD, MIT, publ. por IULC.
- SAFIR, K. (1986) Relative Clauses in a Theory of Binding and Levels. *Linguistic Inquiry*, 17, 4, pp. 663-689.
- STOCKWELL, R. P., Schachter, P. S. & Partee, B. (1973) *The Major Syntactic Structures in English* N. I., Holt, Rinehart and Winston.
- VERGNAUD, J. R. (1974) *French Relative Clauses*, Diss. de Ph.D., MIT (não publicado).
- ZWART, J.-W. (2000) A Head Raising Anaysis of Relative Clauses in Dutch. In Alexiadou, A., Law, P., Meinunger, A. & Wilder, C. (2000) (orgs.), pp. 349-385.